

RECURSO ESPECIAL Nº 1.630.750 - SP (2014/0213748-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : MARIA ELIZABETH BORGES DELLA ROSA
ADVOGADOS : ELIEZER PEREIRA MARTINS E OUTRO(S) - SP168735
GABRIELA DA COSTA CERVIERI E OUTRO(S) - SP108924
RECORRIDO : MARIA DE LOURDES DELLA ROSA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
RECORRIDO : PAULO DELLA ROSA JUNIOR
ADVOGADO : LAURO CLASEN DE MOURA - SP040775
RECORRIDO : CYNTHIA PAULA DELLA ROSA
ADVOGADO : MARIA JOSÉ ANIELO MAZZEO - SP105977
RECORRIDO : MARIA DE LOURDES DOS SANTOS
ADVOGADO : WALTER CORDOVANI - SP031874

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por MARIA ELIZABETH BORGES DELLA ROSA, com amparo no artigo 105, inciso III, alínea “a”, da Constituição Federal, objetivando reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 802 e-STJ):

ANULAÇÃO DE PARTILHA. Inaplicabilidade do prazo estabelecido no art. 1.029 do CPC, pois a autora não integrou a partilha. Prescrição consumada por razões diversas. Petição de herança, que implicaria a nulidade da partilha, que tinha de ser ajuizada no prazo de vinte anos da sucessão. Prescrição consumada. Recurso desprovido.
HONORÁRIOS DE ADVOGADO. Fixação adequada ao caso concreto, em patamar até mesmo reduzido. Recurso desprovido.

Opostos embargos de declaração (fls. 808-809 e-STJ), esses restaram rejeitados (fls. 815-818 e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 826-834 e-STJ), alegou-se violação aos seguintes dispositivos de lei federal :

(a) artigo 535, inc. II, do CPC/73, porquanto omissa o acórdão recorrido acerca das seguintes alegações: (i) aplicação do artigo 178, § 6º, inciso V, do Código Civil de 1916, relacionando-o com o princípio do *tempus regit actum* e (ii) inaplicabilidade da Taxa Referencial – TR como índice de correção monetária da verba sucumbencial;

(b) artigo 178, § 6º, inc. V, do CC/16, sustentando ser “*inadmissível que o prazo prescricional possa correr contra quem não participou da partilha, em especial, porque não sabia de sua condição de herdeiro e somente teve a mesma reconhecida através da Ação de Investigação de Paternidade posterior a data do trânsito em julgado da sentença de partilha*” (fl. 832). Afirmou que “*o prazo previsto no dispositivo legal mencionado apenas se refere aos herdeiros existentes no momento da abertura da sucessão, ou seja, àqueles que já eram titulares de direitos hábeis a produção de efeitos desde aquela época e que fizeram parte do inventário*” (fls. 832); e

(c) artigo 20 do CPC/73, aduzindo a excessividade da verba honorária fixada pelo magistrado singular; ressaltou, ainda, a inaplicabilidade da Taxa Referencial – TR

como índice de correção monetária da verba sucumbencial, devendo ser utilizada a Tabela de Atualização do Tribunal de Justiça, que tem por base o INPC.

Contrarrazões às fls. 857-865 e 867-869 e-STJ.

Em sede de juízo provisório de admissibilidade (fls. 873-874 e-STJ), o Tribunal local inadmitiu o recurso especial, o que ensejou o manejo de agravo (artigo 544 do CPC/73), ao qual foi dado provimento para melhor análise da matéria (fls. 926-927 e-STJ).

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 916-919 e-STJ, opinou pelo desprovidimento do reclamo.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal deve prosperar em parte.

1. Afasta-se, de início, a alegação de negativa de prestação jurisdicional. Não se verifica ofensa ao artigo 535, inc. II, do CPC/73 quando o Tribunal decide, de modo claro e fundamentado, as questões essenciais ao deslinde do feito. Ademais, a Corte estadual não está obrigada a se pronunciar sobre todos os pontos invocados pelas partes, apenas aqueles necessários à solução da lide, conforme a jurisprudência desta Corte.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no REsp 1545617/SC**, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 18/10/2016; **AgInt no REsp 1596790/SP**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 20/10/2016; **AgInt no AREsp 796.729/MT**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016; **AgRg no AREsp 499.947/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 22/09/2016.

No caso, houve pronunciamento expresse sobre a prescrição e a correção da base de cálculo dos honorários.

Não há que se falar, portanto, em omissão, sendo certo que os embargos de declaração não se constituem via própria para rejugamento da causa, não havendo espaço para análise de inconformismo quanto ao entendimento adotado.

Nesse sentido: **REsp 1432879/MS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 19/10/2018; **EDcl nos EDcl no REsp 1641575/RJ**, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018; **EDcl no AgInt no REsp 1666792/ES**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 22/05/2018; **AgInt no AREsp 1179480/RS**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 06/03/2018; **AgInt no REsp 1598364/RS**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 22/08/2017; **EDcl no AgInt no AREsp 471.597/RJ**, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 20/06/2017.

Afasta-se, portanto, a alegada violação ao artigo 535 do CPC/73.

2. Em relação à prescrição, extrai-se do acórdão recorrido (fls. 803-805 e-STJ):

O recurso deve ser desprovido.

A autora ajuizou ação declaratória de nulidade de partilha.

Alegou que nasceu em 1.949, sendo registrada como filha de pai ignorado. Seu pai era Paulo Delira Rosa, que faleceu em 1.973, sem reconhecer a paternidade.

Para obter esse reconhecimento, a autora ajuizara ação de investigação de paternidade em face de dois dos ora réus, Paulo Della Rósa Junior e Cynthia Paula Della Rosa.

Aquela ação foi julgada procedente e foram feitos os registros necessários. A autora entende que a partilha, feita em favor dos réus, seria nula, por ter excluído herdeiro necessário.

[...]

As datas seguintes são relevantes.

A sucessão foi aberta em 1.973.

O reconhecimento definitivo da paternidade ocorreu em setembro de 1.995, quando transitou em julgado aquela sentença.

Esta ação foi ajuizada em novembro de 1.995.

A prescrição consumou-se, realmente, mas por fundamentos diversos daqueles reconhecidos pelo digno Juízo a quo.

O artigo 1.029 Código de Processo Civil aplica-se apenas àqueles que integraram a partilha.

Não foi correta sua convicção do digno Juízo aplicação, respeitado o *a quo*.

Por outro lado, a ação de investigação de paternidade é imprescritível, pois versa sobre direito da personalidade.

Resta indagar quando nasce a ação destinada a impugnar a partilha que foi feita antes do reconhecimento da paternidade.

E não é possível aceitar que a ação nasça apenas com o reconhecimento da paternidade.

Se assim fosse, também seriam imprescritíveis os direitos patrimoniais decorrentes do reconhecimento da paternidade.

E isso não é possível.

Nosso direito consagra o princípio da segurança nas relações jurídicas. Confira-se, v.g., artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição da República;

Afronta esse princípio uma interpretação que alongue indevidamente prazos prescricionais referentes a direitos patrimoniais.

Confira-se a súmula 49 do Supremo Tribunal Federal: "é imprescritível a ação investigação de paternidade, mas não o é a de petição de herança".

Por outro lado, o prazo prescricional da ação de petição de herança flui a partir da abertura da sucessão do pretendido pai, pois esse é o fato gerador da pretensão (Superior Tribunal de Justiça, Resp 17556-MG).

Por todas essas razões, conclui-se o que segue.

A partir da abertura da sucessão a autora tinha o prazo vintenário para deduzir a petição de herança, cumulada com a investigação de paternidade; isso era necessário para evitar a prescrição daquela ação.

Observe-se que a procedência da petição de herança implica a nulidade da partilha, se já realizada.

Por todas essas razões, não tem fundamento considerar nascida esta ação apenas após o reconhecimento da paternidade.

Houve, mesmo, prescrição.

A decisão proferida pela Corte local encontra-se em consonância com o recente entendimento firmado pela Quarta Turma. Veja-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE DOAÇÃO CUMULADA COM PETIÇÃO DE HERANÇA. INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 149/STF. ABERTURA DA SUCESSÃO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O termo inicial do prazo prescricional da pretensão de petição de herança conta-se da abertura da sucessão, ou, em se tratando de herdeiro absolutamente incapaz, da data em que completa 16 (dezesesseis) anos, momento em que, em ambas as hipóteses, nasce para o herdeiro, ainda que não legalmente reconhecido, o direito de reivindicar os direitos sucessórios (*actio nata*).

2. Nos termos da Súmula 149 do Supremo Tribunal Federal: "É imprescritível a ação de investigação de paternidade, mas não o é a de petição de herança."

3. Diante da incidência das regras dispostas no art. 177 do CC/1916, c/c os arts. 205 e 2.028 do CC/2002, aberta a sucessão em 28.jul. 1995, o termo final para o ajuizamento da ação de petição de herança ocorreria em 11.jan.2013, dez anos após a entrada em vigor do Código Civil de 2002, de modo que foi ajuizada oportunamente a demanda, em 04.nov.2011.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 479.648/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 10/12/2019, DJe 06/03/2020)

Assim, não comporta provimento, no ponto, o reclamo.

3. Em relação ao valor dos honorários, fixados em 15% do valor da causa (esse de R\$ 1.000,00, fl. 10 e-STJ) a revisão da conclusão a que chegou a Corte de origem, acerca da adequação do *quantum*, encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Todavia, no que tange à correção, deve ser provido o recurso, apenas para determinar a correção pelos índices oficiais de inflação. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. APLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO EM DISPOSITIVO LEGAL APTO A SUSTENTAR A TESE RECURSAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTS. 125, I, 258, 259, 467, 468 E 471 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973, 139 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E DECRETO-LEI N. 1.025/1969. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211/STJ. EXECUÇÃO DE SENTENÇA DE VERBA HONORÁRIA. ATUALIZAÇÃO. TAXA SELIC. INAPLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. MAJORAÇÃO DO VALOR DA VERBA HONORÁRIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA.

[...]

V - Inaplicabilidade da taxa SELIC à atualização de honorários advocatícios, ainda que a condenação tenha ocorrido em demanda de natureza tributária, devendo ser corrigidos os valores de acordo com os

índices das ações condenatórias em geral, consoante Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal.

Precedentes da 2ª Turma.

[...]

VIII - Recursos Especiais improvidos.

(REsp 1517101/PE, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 06/03/2017)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO DO ACÓRDÃO EMBARGADO QUANTO À EXTENSÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS, BEM COMO QUANTO AO ÍNDICE E AO TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA. VÍCIOS DE JULGAMENTOS INEXISTENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS, COM ESCLARECIMENTOS.

[...]

2. Ainda que o julgado embargado não se ressinta, em tais pontos, de qualquer vício de julgamento, esclareça-se que, na esteira da jurisprudência desta Corte, arbitrados os honorários advocatícios em quantia certa (art. 20, § 4º, do CPC), a correção monetária incidente sobre tal montante deve ser computada a partir da data em que fixada a verba (ut EDcl no AgRg nos EDcl no AREsp 595.034/PE, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 25/08/2015, DJe 28/08/2015). O índice de correção monetária, por sua vez, embora seja matéria a ser tratada no âmbito do respectivo cumprimento de sentença, perante o Juízo de origem, é de proceder ordinário a adoção da Tabela oficial do Tribunal de origem.

3. Embargos de Declaração rejeitados, com esclarecimento.

(EDcl no REsp 1569422/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 30/08/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ATUALIZAÇÃO. SELIC. ÍNDICE DE REAJUSTE DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE. ATUALIZAÇÃO CONFORME TABELA DE CORREÇÃO PARA OS DÉBITOS JUDICIAIS. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF.

1. Para o cálculo dos honorários, o valor do benefício, já fixado, não continuará a ser corrigido com base no índice de reajuste para créditos tributários, a Selic, porque os honorários não constituem crédito tributário, devendo a base de cálculo dos honorários ser atualizada conforme a tabela de correção para os débitos judiciais.

[...]

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 639.778/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 22/05/2015)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VERBA HONORÁRIA. VALOR DA CAUSA. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICES OFICIAIS.

1. Há muito esta Corte editou o verbete sumular nº 14, dispondo que sobre os honorários advocatícios arbitrados em percentual sobre o valor da causa, a correção monetária incidirá a partir do respectivo ajuizamento. Trata-se, pois, de pedido intrínseco, não demandando pronunciamento expresse para que se faça incidir no cálculo da verba honorária os índices oficiais de

correção monetária.

2. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no REsp 795.763/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/05/2006, DJ 26/05/2006, p. 248)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACLARAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

I - Valor da causa é aquele a ela atribuído na petição inicial, que deve representar, até então, o proveito econômico pretendido pelo autor.

II - Fixados os honorários de advogado em percentual com base no valor da causa atualizado, o título daí emergente poderá ser monetariamente corrigido, até a satisfação do crédito, por índice adotado por este Tribunal, que é o INPC.

Embargos acolhidos com fins apenas aclaratórios.

(EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 631.321/SP, Rel. Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/04/2006, DJ 15/05/2006, p. 202)

4. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, dá-se parcial provimento ao recurso especial, apenas para determinar a correção da base de cálculo dos honorários (valor da causa) pelos índices oficiais de inflação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator